

Entrecruzando história e linguagem: o coronelismo e os jornais

Crisscrossing history and language: colonelism and newspapers

Josemar Santos Tonico*
Maria D´Ajuda Alomba Ribeiro**

RESUMO: A presente pesquisa tem o objetivo de analisar aspectos históricos, a partir dos jornais *O Intransigente*, de Itabuna-BA, e *Diário da Tarde*, de Ilhéus-BA, no ano de 1949, através da política regional evidenciada nos jornais, ambos de propriedade de coronéis do cacau. A pesquisa fundamenta-se a partir das contribuições teóricas sobre o patronato político, de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969) e Raymundo Faoro (1987), bem como questões relacionadas ao Coronelismo desde o seu surgimento até a sua decadência enquanto poder econômico, de Victor Nunes Leal (1949), Gustavo Falcón (1995), entre outros. Com isso, será possível fazermos importantes reflexões quanto ao uso da linguagem e os sentidos, na qual as condições de produção configuram-se pela busca do poder político e pela manutenção do *status*.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Política. Coronel de cacau. Patronato.

ABSTRACT: This study aims to analyze historical aspects, from the newspapers *O Intransigente*, Itabuna-BA, and *Diário da Tarde*, Ilheus-BA, in 1949, through regional policy evidenced in the newspapers, both of property colonels cocoa. The research is based from the theoretical contributions on the political patronage of Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969) and Raymundo Faoro (1987), as well as issues related to Coronelismo from its inception until its decline as economic power of Victor Nunes Leal (1949), Gustavo Falcon (1995), among others. With it, you can make important reflections on the use of language and meanings in which the conditions of production are configured by the pursuit of political power and the maintenance of status.

KEYWORDS: Speech. Policy. Colonel cocoa. Patronage.

* Mestre em Letras: Linguagens e Representações (2011), pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Atualmente é professor-tutor a distância do curso de Letras Vernáculas (Universidade Aberta do Brasil/UESC), professor de Língua Espanhola, na Direc VI/ SEC-BA e professor de Língua Portuguesa, no nível Fundamental II, da SEDUC-Ilhéus/BA. Email: tonnico@gmail.com

** Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade de Alcalá de Henares-Espanha, é professora Titular do Departamento de Letras e Artes (DLA), docente e coordenadora do programa de Mestrado em Letras: Linguagens e Representações, líder do grupo de pesquisa "Linguagem e Perspectiva multicultural no Ensino dos Conectores e Marcadores no Discurso Escrito de Hispanofalantes Aprendizes de Português Língua Estrangeira" da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), membro da Sociedade Internacional de Português como Língua e Estrangeira (SIPLE). Email: dajudaalomba@hotmail.com

Introdução

A região sul da Bahia foi, e ainda é, uma região fortemente marcada pela cultura do cacau. Em sua história, o coronel do cacau, durante certo período, desempenhou relevante papel regional nas esferas sociais, históricas e culturais. O jornalismo regional, nesse contexto socio-histórico do coronelismo, precisamente o ano de 1949, corresponde às necessidades políticas e econômicas dos coronéis, que ainda lideravam a economia do “fruto de ouro”.

Nesse universo do cacau, os coronéis - os grandes fazendeiros - ditavam as normas e controlavam a vida de todos que deles dependiam: “Era o cacau que lhe dava mais dinheiro e, especialmente, era o cacau que lhe proporcionava ‘status’ no seio da comunidade. Parece que ser seringalista ou pecuarista era menos elogioso do que ser cacauicultor” (FALCÓN, 1995, p. 89).

E eram nas mãos dos fazendeiros de cacau, os coronéis do cacau, que estava o controle da economia, da política e da cultura da região no início de século XX. Eles regulavam vários setores da sociedade, inclusive a mídia impressa, através dos seus jornais.

Os jornais funcionam como materialidade de um momento socio-histórico e amostra da linguagem como fruto desse contexto, no qual o sentido se estabelece pelas formações que sustentam o discurso veiculado. Sendo que os jornais que servem de *corpus* para esse artigo são:

- ✓ O jornal impresso *O Intransigente*, de Itabuna, fundado em 07 de setembro de 1926, pelo coronel Henrique Alves dos Reis, no qual circulava a coluna “Política & Política”, na qual eram tratados os temas relacionados à política municipal, estadual e nacional;
- ✓ O *Diário da Tarde*, de Ilhéus, fundado em 05 de fevereiro de 1928, por Francisco Dórea, também coronel de cacau. Nesse jornal circulava a coluna “O momento político na zona do cacau”, na qual se tratavam os temas relacionados à política municipal, estadual e nacional.

Para melhor compreender os sentidos que circulavam nesses jornais, empreendemos e apresentamos uma retomada sobre o que foi o coronelismo e como esse se configurou como elemento característico da política regional da zona do cacau, na Bahia. Evidenciando como nesse processo histórico os fazendeiros, que até o ano de 1930 eram símbolo do poder econômico, migram para o cenário político, na busca de adaptação a esse novo contexto de poder, surgido com as eleições abertas. Nesse ínterim eles passam a se utilizar dos jornais para redimensionar seu domínio sobre a política regional por meio do discurso, pois o uso da força e de coação já não era permitido, como outrora fora.

Da Guarda Nacional ao Coronel do Cacau: aspectos históricos

De acordo com Victor Nunes Leal (1949), o coronelismo tem origem na época do Império. Em 1831, para enfrentar as rebeliões que explodiam em algumas regiões do país e manter a ordem pública, o governo da Regência criou a Guarda Nacional. No combate à onda de revoltas, deu aos poderosos de cada localidade do país uma patente militar e uma missão: formar um “exército” de homens para enfrentar os revoltosos. Seus oficiais eram os fazendeiros, pessoas influentes, com muitas terras e escravos.

Para Maria Yedda Linhares (1990), a Independência do Brasil de Portugal não ocorreu de forma pacífica. As elites locais não queriam mais receber ordenação das cortes portuguesas. Por isso foi criada, na Regência, a Guarda Nacional que, além de diminuir a força e a importância do exército imperial, asseguraria a manutenção da Independência. O exército imperial era tido como fiel a Dom João e não ao Brasil.

A Guarda Nacional, conforme concebida nos seus primórdios, tem para Faoro (1987, p. 620) os seguintes objetivos e composição:

A base legal para criação da Guarda Nacional pode ser encontrada no texto oficial da Constituição de 1824. A Guarda Nacional era recrutada entre os cidadãos com renda anual superior a 200 mil réis, nas grandes cidades, e 100 mil réis nas demais regiões. [...]. Tinha como

finalidade defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império, mantendo a obediência às leis, conservando a ordem e a tranquilidade pública.

A Guarda Nacional cumpre sua função durante o período das regências no Brasil. Entretanto, após a Independência política, ela passa a ser usada pelas elites como força eleitoreira, sendo seus cargos distribuídos aos grandes proprietários rurais. Estes, com o tempo, passaram a ter um enorme poder em suas regiões, exercendo uma clara imposição eleitoral. Segundo Myriam Ellis (1997, p. 28),

Uma vez que a guarda nacional se formava de cidadãos eleitorais, era natural que fosse ela envolvida no processo eleitoral, ora coletivamente, como força de manutenção da ordem pública, ora individualmente. [...]. A defeituosa organização eleitoral do império gerava desmandos e violências e a Guarda Nacional constituía parte dessa engrenagem e não o instrumento preponderante e único de coação eleitoral.

Nesse processo de evolução do coronelismo, em seus aspectos políticos, econômicos e sociais, conforma-se o domínio das oligarquias. Mesmo com o fim do Império e o advento da República, ainda permanecem traços desse domínio na política local dos pequenos municípios do interior do Brasil.

Para Faoro (1987 p. 621) esse fenômeno coronelista, dentro do cenário político brasileiro, não é novo. “Nova será a coloração estadualista [...] mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império.” Ou seja, o coronelismo se expande no interior do país, como pulverização de poder pelo país de extensão continental, tal como ocorre com o coronel de cacau, no sul da Bahia.

Como o autor afirma, esse é um fenômeno típico da Primeira República, no qual o voto constitui um elemento central para a estrutura política de dominação. O elemento principal da dominação coronelista está no processo de coerção; num segundo momento seria através do prestígio; e só num último momento seria por meio do voto. O domínio coronelista extrapola o período da República Velha, graças a essas mutações ocorridas no processo de dominação, e perdura, de forma velada, nessa região, até os dias atuais.

Caracterização do Coronelismo

A figura do coronel tem uma historicidade, que segundo Leal (1949), Faoro (1925) e Falcón (1995), vai desde a criação da Guarda Nacional até meados do século XX. Para Faoro (1987, p. 621), esse elemento social tem um processo de construção histórico-ideológico:

O coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe do regimento municipal investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre a pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado, prosperou o "coronel tradicional", também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição.

Nesse contexto, a imagem do coronel passou a refletir o estilo social de vida, inclusive nas áreas urbanas, com predominância sobre sua função burocrática e política. Para Faoro (1987, p. 622):

Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas – foram tais 'coronéis' os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu, designando demopsicologicamente 'o indivíduo que paga as despesas'. E, assim, penetrou o vocábulo 'coronelismo' na evolução político-social do nosso país, particularmente na atividade partidária dos municípios brasileiros.

Para Leal (1949), o coronelismo pós-império é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos, entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender este fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base das manifestações de poder privado, ainda tão visíveis em vários lugares do interior do Brasil. O poder privado e as grandes propriedades são elementos que vão caracterizar e validar o título de "coronel", com implicações profundas na esfera política. De acordo com Faoro (1987, p. 631):

[...] O coronelismo se manifesta num "compromisso", uma "troca de proveitos", entre o chefe político e o governo estadual, como o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural. [...] Em troca, os empregos públicos, sejam os municipais ou os estaduais, sediados na comuna, obedecem às suas indicações. Certas funções públicas, não institucionalizadas, estão enfeixadas em suas mãos. Daí que o coronel, embora possa ser oposicionista no âmbito municipal, - coronel contra coronel - há de ser governista no campo estadual e federal.

Os coroneis que saem das fazendas para a vida urbana, trazendo consigo os votos, passam a ter um novo interesse no funcionamento das cidades. Seus filhos estudam, tornam-se médicos, advogados e precisam de empregos, tal como seus protegidos e agregados. Assim a barganha centra-se num compromisso que perpassa a esfera municipal, e chega à estadual e federal. Para Faoro (1987, p. 632):

[...] E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do coronelismo, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça.

Esse processo serve para perceber que esse fenômeno histórico-social, o coronelismo, pode possibilitar a análise da história das relações de poder numa atualidade recente e fazer contrapontos com as relações de poder produzido no passado, observando suas permanências e continuidades nas materialidades discursivas (jornais).

O declínio dos coronéis do Império tem início, de fato, com a Constituição Republicana de 1891, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969, p. 80), quando as antigas províncias são transformadas em estados e passam a ter autonomia para tratar de seus interesses, começando pela elaboração de sua constituição particular; essa devia obedecer a alguns princípios básicos, idênticos para todo o país, um dos quais era o respeito à autonomia municipal. Cessando, assim o controle municipal por parte dos coroneis.

Queiroz (1969) vai acrescentar que nessa mesma constituição, vão se ampliar os quadros eleitorais; ao sufrágio direto, instituído pela Lei Saraiva em 1881, substituiu-se o sufrágio universal e direto, abolindo as barreiras econômicas, excetuando-se apenas os mendigos, os analfabetos, as praças de pré[†] e os religiosos sujeitos a votos de obediência que importassem em renúncia da liberdade individual.

Nesse contexto de nova constituição, percebe-se que já há uma sinalização de migração de poder; do poder de autoridade constituída, que se dava por designação do Império, para um poder representativo, quando na constituição de 1926, eles, os coronéis, passam a ter garantias de inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade, vantagens estas que eram estendidas somente aos juízes federais.

Com o advento da República, surgem os cargos de prefeito e de intendente, ou seja, o chefe da administração local. O que diferencia um do outro é que o primeiro era eleito e o segundo nomeado pelo executivo estadual. Nessa concepção nova administrativa é que o coronel vai agir, ou valendo-se do seu prestígio local para eleger o “seu” prefeito ou, através do prestígio que tem no cenário estadual junto ao governador, para indicar o “intendente”.

A prática do mandonismo é corriqueira na seara política, na qual existiam os coronéis. Segundo Queiroz (1969), sobretudo pela dinâmica que existiam nas fazendas, e elucida a questão do voto de cabresto, a saber:

Gente que chegava sem dinheiro, fazia-lhes o fazendeiro um primeiro empréstimo para facilitar a aclimatação e permitir-lhes adquirir os instrumentos necessários; a fazenda lhes fornecia casa, geralmente de graça; e dentro da própria fazenda havia o armazém, de propriedade do fazendeiro ou este arrendado a alguém, onde o trabalhador fazia seu fornecimento de víveres e roupas. Em geral, eram-lhes concedidas pequenas porções de terra para plantar ou para criar porcos e galinhas. [...]. A vida estava, para eles, concentrada na fazenda; iam à vila próxima ou para festas de igreja, ou para atos que necessitassem da presença da autoridade pública. [...] Prendia-os à fazenda não tanto o contrato, que geralmente era de um ano, mas as

[†] Uma praça de *pré* (referido ocasionalmente pelo termo arcaico: praça de pret) ou simplesmente praça é um soldado que pertence à categoria inferior da hierarquia militar.

dívidas desde o início contraídas com o patrão e o que os azares da adaptação, as incertezas da vida numa terra estranha tornavam difíceis de saldar. [...] Mas era regra permanecerem os trabalhadores muitos anos na mesma fazenda, sujeitos ao mando do patrão; e se antes esse ia a vila votar acompanhado somente de seu clã familiar, agora comandava um "eleitorado de cabresto" muitíssimo mais numeroso (QUEIROZ, 1969, p.83-84).

Todo o cenário da implantação da lavoura de cacau pactuava para que o coronel de cacau, diante do contexto acima exposto, munido de um grande número de eleitores, migrasse da fazenda para o poder político recém-instaurado. Esse poder do coronel é fortalecido nesse novo cenário político, sobretudo, porque a nova ordem somente fez aumentar o número eleitores rurais, que agora estão sujeitos às orientações dos coronéis.

Uma característica marcante do coronel nesse novo cenário é a capacidade de fazer favores. Leal (1949, p. 199-200), lista alguns desses serviços que este prestava aos seus eleitores/empregados:

[...] arranjar um emprego, emprestar dinheiro, avaliar títulos, obter crédito em casas comerciais, contratar advogado, influenciar jurados, estimular e "preparar" testemunhas, providenciar médico e hospitalização, ceder animais para viagens, conseguir passes nas estradas de ferro, dar pousada e refeição, impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos ou lograr que as restitua, batizar filhos ou apadrinhar casamento, redigir cartas, recibos e contratos, [...] receber correspondências, colaborar na legalização de terras, compor desavenças, forçar casamento em casos de descaminho de menores, entre outros.

Essas prestações de serviços, feita pelo coronel aos seus empregados, os converte em fiéis eleitores. E quanto mais favores prestar, maior o seu eleitorado, maior o seu prestígio nesse cenário, mais destaque ele tem na esfera política municipal, estadual ou federal. Para Queiroz (1969, p. 85) "com toda essa quantidade de eleitores às suas ordens, continuaram os fazendeiros a eleger quem bem queriam e continuaram os presidentes de estado e deputados a cortejá-los, da mesma maneira que durante o império". E é nessa troca de influências por votos, que o coronel do cacau começa a influenciar o cenário eleitoral.

O Coronelismo na política da região do cacau

Para Falcón (1995), a Bahia, até o início do século XX, era dominada pelas oligarquias provenientes da Capital, do Recôncavo e de suas adjacências. Entretanto, no início do século, com o cacau do sul da Bahia passando a responder por 30% da receita do estado, evidenciando a força que tem as oligarquias dessa região.

Em consonância com o momento de crescimento vertiginoso da economia local, ocorre o advento do voto. Sendo a cacauicultura a única produção agrícola emergente na Primeira República, passa-se a considerar o coronelismo nessa região como “uma forma peculiar de manifestação do poder privado, coexistente num regime político que requer base representativa” (FALCON, 1995, p. 35). Em outras palavras, o coronelismo, na região do cacau, nesse momento, está a serviço dos interesses eleitoreiros do Estado.

O coronelismo da região do cacau, como também os de outras regiões, é quase sempre um proprietário rural, derivando seu poder político dessa privilegiada situação. E, segundo Falcón (1995), seu poder se ampliou de tal forma que, com o tempo, seus interesses privados passaram a ser confundidos com os dos municípios sobre sua jurisdição, tornando-se sinônimos. Por meio do controle do executivo municipal, eles passavam a consolidar seu poder de fato.

Tal como em outras regiões, o coronelismo se caracteriza pela articulação dos coronéis com o poder econômico, militar e político, que o faz chegar a cargos importantes, no controle do aparelho do Estado pelas oligarquias. Ainda segundo Falcón, na mais importante região econômica da agricultura baiana, os coronéis centraram suas atividades nos municípios de Ilhéus e Itabuna, consolidando o mandonismo local, reunindo de forma *sui generis* os três elementos vitais ao controle do poder: a força econômica, o prestígio político e a violência.

Em todas as regiões onde prosperou o coronelismo, esse sempre esteve ligado ao poder político. Na região cacauzeira não foi diferente e esse processo

também existiu. De acordo com Leal (1948, p. 43), nessa ligação sempre havia um processo de dependência e mutualismo:

É claro, portanto, que os dois aspectos – o prestígio próprio dos “coronéis” e o prestígio que o poder público lhes outorga – são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do “coronel” – firmada na estrutura agrária do país –, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do “coronel” ficaria sensivelmente diminuída.

Na região Sul da Bahia, a base sobre a qual se edificou o coronelismo regional foi a propriedade fundiária. Embora não houvesse muitos coronéis nessa região com patente outorgada da Guarda Nacional, segundo Falcón (1995, p. 88), o que mais importava eram o prestígio e as posses, que demonstravam a força de um coronel:

No universo regional relativo ao período, um fazendeiro abastado era aquele que possuía acima de duzentos mil pés de cacau, glebas de terra superiores a duzentos e cinquenta hectares e que produzia anualmente mais de cinco mil arrobas. [...] Tais posses possibilitavam elevado nível de exploração da fazenda, empregando considerável número de trabalhadores – entre cinquenta e cem –, bem como produziam renda suficiente para permitir a construção na sede do município, de palacetes ostentatórios e bem mobiliados, com o evidente propósito de explicitar *status* social e demonstrar publicamente o poder do dinheiro dos seus proprietários.

A posse da terra era a base para a obtenção do reconhecimento como coronel. Era nessa condição que se assentava o prestígio necessário para a atividade político-partidária regional. Sendo a patente (outorgada, comprada ou atribuída) muito importante para a vida política local.

Em outras situações, a patente legitimava o uso da força e dava aos coronéis o direito de terem, sob seu comando, pequenos exércitos de jagunços. Isso criava a imagem do coronel/fazendeiro como senhor da justiça. Para Falcón (1995, p. 92):

A violência constituía a retaguarda fundamental para os coronéis. [...] Tal influência projetava-se para além dos limites da dominação exclusivamente política, buscando legitimar-se [pela força] por todo o corpo social. Não seria exagero afirmar que os coronéis possuíam poder de vida e de morte sobre a sociedade.

É difícil conceber um ambiente harmônico, no qual houvesse uma relação pacífica no que tange o cenário político, pois as dissensões entre os coronéis eram grandes, sobretudo pelas filiações políticas desses coronéis. Segundo Consuelo Novais Sampaio (1998), é salutar o entendimento das vinculações políticas surgidas na Primeira República, para melhor entender o próprio processo político no Bahia e nas suas regiões. De acordo com Sampaio (1998, p. 22):

Na Bahia, os mais ardorosos defensores da Monarquia aderiram ao novo regime [República]. Mas, somente quando ele já se manifestara irreversível, tomaram a si a tarefa de organizar, política e administrativamente, o estado. Os choques de interesses individuais são muito acentuados. A mentalidade provinciana – esmerilada pelo federalismo republicano, que contribuiu para reforçar o isolamento geográfico – conduziu a elite política, ao formar seus partidos, à elaboração de um fechado esquema ofensivo-defensivo para a conquista do poder. Acentuou-se, em consequência, o caráter oligárquico dos organismos políticos.

O fato de a Bahia ter sido a última província a se libertar do regime imperial, demonstra o quanto os interesses econômicos das oligarquias rurais estavam à frente do ideário republicano, pois para essa elite, segundo Sampaio (1998, p. 32), “significava o agravamento do marasmo econômico, perda de prestígio político e ameaça da conturbação política e social”.

Nesse cenário, formam-se as relações de compadrio em todos os setores da sociedade, pois, aliar-se ao coronel, assegurava segurança, proteção e favorecimentos. Como retribuição, o coronel recebia o voto, o reconhecimento e o silêncio. Assim, ele consegue manobrar o cenário político, modelar a sociedade e se legitimar através dos meios de comunicação, dentre eles, os jornais.

Posterior a esse momento do surgimento da República, tem-se início a adesão por parte dos coronéis aos partidos políticos. Entretanto, conforme Sampaio (1988), esse momento é fortemente marcado por uma debilidade institucional, ao mesmo tempo em que há um baixo grau de participação política da população. A própria formação desses partidos, na Bahia, se dá de forma circunstancial, de acordo com esse autor:

No que diz respeito aos partidos políticos, a legislação eleitoral, posta em vigor nos primeiros dias do Governo Provisório e constantemente reformada, foi completamente omissa. Em decorrência, os partidos surgiram de modo circunstancial, ao sabor dos interesses individuais. Não era necessário muito para que o partido se organizasse. Bastava que um chefe político prestigiado de real prestígio assim o decidisse, congregando à sua volta elementos representativos da sociedade, nomes de prestígio (SAMPAIO, 1988, p. 46-47).

Assim, desde os seus primórdios, foi fácil a penetração de pessoas de poder econômico e prestígio na política e, como os coronéis eram representantes máximos de uma oligarquia regional, nesses dois principais municípios da região sul da Bahia, foi um processo natural de transmissão de poder, uma migração natural entre o econômico e a política.

Desse modo, o discurso político, como todos os outros discursos, se manifesta como uma prática discursiva. Caracterizado, sobretudo pela argumentação, articulação de ideias, na representação de interesses e no convencimento. Sempre partindo de uma memória que o respalda.

Nessa perspectiva, corrobora o conceito de político formulado por Guimarães (2002, p. 7):

O político ou a política é a caracterização pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação do pertencimento dos que não estão incluídos, indissociado desta normatividade. Desse modo, o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela quais os desiguais afirmam seu pertencimento.

Assim, essa manifestação de política é evidenciada na prática do poder centrado nas mãos de poucos, coronéis ou apadrinhados desses, e no voto, se cria uma noção de pertencimento, pelo favorecimento e/ou beneficiamento direto ou indireto.

Evidentemente, as condições de produção do discurso político nesse contexto sócio-histórico englobam um grande número de razões, causas e fatores que constroem, marcam e caracterizam o discurso: assim, encontram-se indissociavelmente relacionados às razões antropológicas e

históricas próprias de sua constituição, bem como, as causas conjunturais que condicionam sua formulação simbólica, manifesta em gêneros do discurso, enunciados, fórmulas, imagens e sintagmas, e os fatores materiais que regulam sua circulação.

O discurso jornalístico, então, é o discurso do “aconteceu”. A essência da escrita desse discurso, segundo Navarro (2006), é a do imediatamente vivido, uma vez que produz o simulacro de uma história, sendo construída na medida em que os fatos irrompem na esfera social. O texto jornalístico é o espaço da interdiscursividade, segundo Charaudeau e Maingueneau (2006), com a característica de entrelaçar diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos históricos e de diferentes lugares sociais.

Nesse tipo de discurso, como em qualquer outro discurso, ocorrem apagamentos, que podem ser identificados em muitos momentos, especialmente no trato com as informações. O que é exposto, o que é dito, o que é mencionado, exclui algo. As escolhas do que se expor, enquanto informação, atendem ao que uma formação discursiva comporta.

Dentro do discurso jornalístico ocorrem sempre esquecimentos, que para a AD são partes constitutivas da ação discursiva do sujeito e confirmam a noção de que todo discurso é o encontro de muitas vozes – não apenas as que falam em nome do sujeito, mas também, e muitas vezes especialmente, as que não falam. O silêncio é constitutivo na formação dos sentidos (ORLANDI, 1997).

A esse silêncio constitutivo na produção do discurso jornalístico podemos somar outro, o silêncio “local”, no qual certos dizeres são proibidos. Nesse contexto socio-histórico onde o coronel de cacau é uma representação do poder, falar mal dele, direta ou abertamente, constitui uma transgressão, configura-se aqui uma interdição sobre o dizer.

A produção de um jornal tem sempre em foco, mesmo que de modo internalizado ou intuitivo, o seu “público leitor”. Pensa saber o que este público quer saber e até onde vai o seu interesse. No caso dos jornais em questão (*O Intransigente* e *Diário da Tarde*), eles escrevem para uma classe média, em

formação, dentro de um contexto da lavoura cacaeira. Esses são os seus leitores virtuais.

Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos 'formações imaginárias' em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um seu 'cúmplice' quanto um seu 'adversário' (ORLANDI, 1988, p. 9).

É interessante observar que o leitor "real" também tem que se relacionar com esse leitor virtual inscrito no texto, e quando há a produção de notícias sobre qualquer assunto, essa simbiose vem à tona. E esse leitor virtual é o espaço do diálogo do sujeito com sua formação ideológica e discursiva, buscando efeitos de sentido dentro de um contexto socio-histórico e ideológico.

O coronel – estratégias de sobrevivência na política regional: apogeu ou declínio?

Marcos Vinicius Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque (1988) fazem uma explanação bem sucinta do processo pelo qual passa o coronel no processo de migração que faz entre o domínio econômico até o domínio político. A saber:

Mais do que época de afirmação e de domínio incontestado do coronel como chefe de homens, dono de decisões e senhor de terras, a fase mais recente da história social e política do nordeste, assistiu sua superação, ao seu nítido destino. [...]. É o apogeu obtido o resultado de quem conseguiu utilizar, por algum tempo, mantendo seguras estruturas do feudalismo matuto em que tradicionalmente se baseou, mover-se à frente do processo de seu rompimento para assegurar sua permanência no comando. [...]. Não se percebe logo o velho chefe de Estado, oficializando o poder, como que diferencia o seu exercício, despersonaliza-lhe as decisões. Que, mesmo prestigiado amigo de governadores, deputados ou com filhos deputados, prefeitos várias vezes, vai dependendo mais e mais tanto de governos como de mando que lhe pertencia originariamente (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1988, p. 17-18).

Fica evidente que a relação com a nova ordem democrática, vigente a partir da década de 1930, faz com que haja uma acomodação do coronel em uma nova posição de poder, perde-se a patente, não o domínio da situação. A manobra de sobrevivência se dá pela via econômica adentrando na via política.

Entretanto, como é um processo de adaptação, essa figura, acostumada ao domínio indiscriminado, muitos passam por essa migração de forma tempestiva. A nova ordem impõe-lhe uma nova conduta. Os que conseguem lidar com essa situação, de forma mais equilibrada, conseguem migrar com mais facilidade para a esfera política. Segundo Eul-Soo Pang (1979, p. 232), a significado da Revolução de 1930,

não é tanto seu impacto de declínio, ou mesmo na destruição do coronelismo, mas seu papel de transformar o coronelismo oligárquico e integrá-lo na política nacional. O primeiro passo em direção a uma modernização política foi dado quando Vargas começou a estruturar verdadeira integração nacional de diversas forças políticas e sociais que em certa época haviam permanecido na periferia da política da Primeira República. O coronel, anteriormente altamente personalista, tornou-se um membro do partido disciplinado, senão submisso.

Embora tenha ocorrido a filiação de muitos dos antigos coroneis a partidos políticos como meio de sobrevivência, no decorrer desse processo de democratização das eleições, surge um novo coronel, não mais associado à figura dominadora do senhor de terras, mas eis que surge repaginado: com formação universitária, vinculado a uma agremiação política e de posse dos meios de comunicação, que estão ao seu serviço.

Em termos amplos, poderíamos concluir que o recuo do coronelismo, resultou, em contrapartida, no avanço do bacharelismo. Não que constituíssem forças antagônicas; bem ao contrário, uma complementava e consolidava a outra. Os jovens doutores e bacharéis pertenciam a uma nova geração; eram mais vibrantes, detentores de forte poder persuasivo, graças ao melhor domínio da palavra. Eram porta-vozes, elementos intermediários entre as elites políticas locais e o Executivo na conquista de empregos e favores de cunho pessoal, bem como na defesa dos interesses dos municípios que representavam no

Legislativo. De formação tipicamente urbana, ainda que vinculados à velha ordem por relações de parentesco e amizade, não contavam os jovens doutores com uma forma própria eleitoral própria. “Dos chefes políticos locais dependiam os votos que os reconduziriam ou não ao poder” (SAMPAIO, 1999, p. 211).

A consequência imediata da Revolução de 1930 foi impor um corte violento no sistema de governo representativo. De acordo com Sampaio (1999, p. 242) Ao restabelece-lo (na esfera estadual, depois de cinco anos de governo ditatorial), concedeu-lhe uma breve vida de dois anos. O golpe de estado de 1937 pôs fim a essa passageira euforia democrática. Com a redemocratização, em 1945, também o aprendizado do jogo político-partidário teve de ser reiniciado, e, mais uma vez, foi à experiência vivida e conhecida que os homens tiveram de recorrer, para não serem excluídos do poder.

Em 1945, segundo Pang (1979, p. 233), o Brasil assistiu à proliferação de partidos políticos de diversas tendências ideológicas e lealdades regionais. O retorno à democracia depois de quinze anos de governo centralizado de Vargas, encorajou o surgimento de mais de dez partidos maiores ou menores, fazendo com que os coronéis se dividissem em facções.

Esse fato de ocorrência do agrupamento de coronéis em facções políticas é importante notar porque nos dados analisados, percebe-se a existência de uma vinculação latente nas duas cidades por um partidarismo. Sendo que na cidade de Itabuna há um choque partidário entre o jornal e o prefeito, e em Ilhéus, predomina um tom mais moderado buscando uma conciliação multipartidária. Ampliando essa vinculação entre coronéis e partidos, Vilaça e Albuquerque (1988) afirmam:

O coronel torna-se, nos últimos anos e, sobretudo depois de 1945, figura de coalisão entre tempos e estruturas sociais. Herda o nome e a força da velha ordem patriarcal e semi-feudal; mas ao tentar sobreviver ao processo de mudanças que a reverte, como que as incorpora e as promove, prolongando a sua existência nos novos tempos (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1988, p. 20).

Nessa tentativa de perpetuar-se no poder, Falcón (1999) vai esclarecer esse processo de afirmação do coronelismo e política:

A afirmação do coronelismo no município foi a condição indispensável para a consolidação de uma burguesia regional. [...]. Em primeiro lugar, desempenhou o papel de instrumento pelo qual, ou através do qual exerceram as classes dominantes e dominação sobre o conjunto da sociedade, retendo os elementos essenciais para isso e se voltando para o controle do governo municipal, de onde se legitimavam sua influência. Em segundo lugar, assegurando os quadros partidários e alimentando o poder público (e alimentando-se do) nos marcos dos interesses dos grandes cacauicultores. [...]. Detendo o poder de fato, os coronéis buscavam de toda maneira amparar-se na forma da lei, orientando seus aliados bacharéis para “serviços” de toda ordem no sentido de se beneficiarem das contingências e desamparo dos pequenos lavradores (FALCÓN, 1999, p. 93-94).

A política do favorecimento dos eleitores e o uso das leis a seu favor, bem como de todos os instrumentos disponíveis, conformaram esse processo de legitimação frente à política municipal. Ainda segundo Falcón (1999) o fato é que, coincidindo de tal forma a detenção da patente com o poder econômico do seu possuidor, conformou-se em Ilhéus uma hierarquia social que assentava sua estrutura de dominação sobre algumas centenas de fazendeiro ricos, no interior do qual eram recrutados, pela sua fortuna e capacidade para exercício partidário, os coronéis-políticos. Entre eles, estabelecia-se uma espécie de “disputa doméstica” para a ocupação dos postos de comando da sociedade, cabendo aos mais destacados e poderosos os cargos de maior prestígio e importância (FALCÓN, 1995, p. 90).

Esse fato de grupos antagônicos, duelando sobre o domínio de que estaria à frente da gestão municipal na região do cacau, bem como suas implicações no cenário regional é o que dá contorno, bem como, suporte ao que é vinculado nos dois jornais estudados. Trazendo arraigado em seu discurso arrogância e prepotência no trato com os adversários, a inadaptação às regras da convivência democrática, a convicção de estar acima da lei, a incapacidade de distinguir o público do privado. Contudo, habilidoso, ele pode usar máscaras, como a do líder populista, ou do campeão da moralidade, como fica materializado nos discursos jornalísticos. Para conseguir permanecer nesse

lugar de poder, contava com a conivência dos governos estadual e federal, prontos a comprar seu apoio para manter a sua base de sustentação política. Nesse sentido, o novo coronel, dono de jornal, é parte de um sistema clientelístico estadual e nacional.

Considerações finais

No decorrer desse artigo foram apresentados aspectos históricos sobre o Coronelismo e seu funcionamento na dinâmica regional, bem como sua materialização enquanto ideologia nos jornais que circulavam nas cidades de Ilhéus e Itabuna, no estado da Bahia, reconhecidas pela vinculação com os coroneis do cacau.

Percebe-se nesse contexto que o voto, a escolha, o pleito eleitoral é o que vai conduzir e direcionar o discurso, pois controlar esse sistema era controlar o poder. Uma vez tendo esse poder controlado, dava ao coronel o que sua antiga patente lhe outorgava: o controle das ações na sua área de influência. Também fica clara a prática do mandonismo, como cor local dessa política, onde os descontentes atacam e os parceiros, buscam manter-se e perpetuar no poder. Nesse contexto, entende-se o porquê que a formação discursiva é a "matriz do sentido" (PÊCHEUX, 1997, p. 160). Uma vez que a vinculação favorável ou contrária vai estar intimamente ligada a um poder, uma ideologia, ao controle.

A materialidade discursiva dos jornais estudados reforça o poder do coronel, como figura representativa, como elemento de articulação entre os interesses municipais e contexto político estadual e nacional. A preocupação com o poder é latente no que toca à construção do Porto de Ilhéus, bem como, o descontentamento com a possibilidade de municipalização de distritos, que por certo, mostrava-se com uma possibilidade de fragmentação de poder do coronelismo em Ilhéus e fomentaria o surgimento de novos "caciques" eleitorais.

Percebe-se que a ideologia é preponderante nas práticas de linguagem, bem como as condicionam. Para Orlandi (2007, p. 30) “todo discurso remete a outro discurso, presente nele por sua ausência necessária”. Constata-se também que os jornais estavam a serviço de uma perpetuação e consolidação da prática política do coronel. Muito mais que informar, esses manipulavam e controlavam a linguagem, dentro da perspectiva da formação discursiva predominante.

Desse modo, nota-se que no contexto socio-histórico estudado, o discurso jornalístico político que circulava nesses municípios configuram-se como uma forma materializada de ideologia, no interior de práticas sociais. Assim, os efeitos de sentidos materializados sobre a política, nesse contexto de reestruturação do sistema eleitoral pós Estado Novo, nessa região, vincula-se, ainda, sobre forte domínio das práticas do coronelismo.

Concluindo-se que, a partir da análise dos jornais citados, a prática do coronelismo permanece como modelo de superposição de forças e controle. Não mais pela força dos jagunços, que intimidavam e coagiam, mas por outra forma de controle – o discurso, materializado em palavras de jornais, usado ideologicamente a seu serviço.

Referências

- CHARAUDEAU, Patrick. & MAINGUENEAU, Domenique. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. Coordenação de tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2006.
- ELLIS, Myriam. *O Brasil Monárquico: declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FALCÓN, Gustavo. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Ianamá / Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 1987.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1949.
- LINHARES, Maria Yedda. (org). *História Geral do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez e Editora da Unicamp, 1988.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias: A Bahia na Primeira República Brasileira*. Tradução de Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- PECHÊUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.
- VILAÇA, Marcos Vinícios.; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Coronel, Coronéis*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: Universidade Federal Fluminense/EDUFF, 1988.